



MIRIAM LEITÃO

miriamleitao@globo.com.br

Voltar a crescer

O Brasil enfrenta o maior desafio de sua história para voltar a crescer. Na última recessão deste tamanho, provocada pelo Plano Collor, foi possível encontrar impulsos à retomada no governo Itamar com a ajuda do Plano Real. Desta vez, a dificuldade é identificar de onde poderá vir o impulso para o crescimento. Os governos do PT fizeram escolhas erradas no ciclo de alta do PIB. Ontem, o Boletim Focus reduziu pela nona semana seguida a projeção de crescimento do PIB de 2017, para 0,58%. Depois de dois anos de forte recessão, o normal seria um período de recuperação mais forte, mas isso não vai acontecer.

Na década passada, o país cresceu no modelo de aumento do endividamento e exportações das matérias-primas. O Brasil sempre será grande exportador de commodities, mas as fases de maior demanda internacional poderiam ter sido aproveitadas para integração nas cadeias mundiais de produção. Agora será mais difícil. Famílias estão reduzindo dívidas e isso está contraindo o volume de crédito na economia, mas é a única forma de ajuste do orçamento familiar. A taxa de poupança é muito baixa, há grande ociosidade nas empresas, e o consumo está fraco por causa das divi-

A Verde Asset acredita que o crescimento do país será muito baixo nos próximos anos. Isso elevará ainda mais o endividamento público, realimentando o círculo vicioso da economia. Quanto maior a dívida, maior o gasto com juros, e maior terá que ser o esforço fiscal para o governo honrar seus compromissos.

Há ainda vários problemas setoriais. A área energética enfrenta grandes dificuldades ainda por aquela intervenção do governo Dilma que descapitalizou as empresas. Elas estão sem caixa para investir. O presidente do Instituto Acende Brasil, Claudio Salles, diz que o país teria falta de energia se não estivesse em recessão. Na área de transmissão, ficaram constantes nos últimos anos os chamados leilões com "lotes vazios", quando os projetos não recebem propostas. Mudanças na regulação e na forma de financiar permitiram um último leilão de sucesso, mas os fracassos foram constantes.

"Foram 10 lotes vazios em 2013; 12 em 2014; 15 em 2015; e 10 em 2016. Nos nove anteriores a 2012, antes da MP 579, houve apenas 7 lotes vazios. O governo já entendeu o problema e melhorou as condições para os investidores, mas o atraso é grande", afirmou Salles.

das e do desemprego. O investimento bate em algumas travas: o governo está em crise fiscal, as empresas estão endividadas ou paralisadas pelos casos de corrupção. O modelo de estímulo através do subsídio e incentivos fiscais não pode mais ser o caminho. O agronegócio será fonte de boa notícia. Terá um bom ano em 2017. A indústria enfrenta os problemas de sempre. Crédito caro, impostos elevados, excesso de burocracia e infraestrutura deficiente. Os serviços são afetados pelo desemprego e redução da renda.

O economista-chefe da Verde Asset, Daniel Leichsenring, lembra que o país fez muitos investimentos nos últimos anos que aumentaram a dívida, mas não vão gerar riqueza. Na área de petróleo, o Comperj, no Rio de Janeiro, e a refinaria Abreu e Lima, em Pernambuco, são exemplos. "Existe um custo muito grande dessas obras que não geram retorno porque as empresas se endividaram para financiar os projetos. Mas eles não geram caixa, a desalavancagem é lenta, e isso reduz a capacidade de investimento", disse.

A transmissão virou um gargalo. As novas fronteiras de geração estão distantes dos grandes centros de consumo, como as hidrelétricas na Amazônia e os parques eólicos do Nordeste. Segundo o Acende Brasil, 69% da expansão da oferta de energia estará nas regiões Norte e Nordeste, mas apenas 32% do aumento do consumo estará nessas duas regiões. Já o Sudeste terá crescimento previsto de demanda de 51% do total do país, enquanto a geração na área será de apenas 20%. Isso requer cada vez mais investimentos. A burocracia e a descentralização das decisões — que precisam passar por vários órgãos — atrasam o processo e aumentam o custo e o risco dos empreendimentos.

A saída da recessão será gradual porque será preciso corrigir falhas e encontrar caminhos novos para estimular o PIB que não repitam os erros do governo anterior. As medidas que estão sendo anunciadas ajudam, mas não resolvem o problema da baixa capacidade de crescer da economia. Há ainda, e sobretudo, a grave crise política aumentando a incerteza.

Miriam Leitão publicação simultânea com o jornal O Globo

O Brasil enfrenta o maior desafio de sua história para voltar a crescer. Na última recessão deste tamanho, a provocada pelo Plano Collor, foi possível encontrar impulsos à retomada no governo Itamar com a ajuda do Plano Real. Desta vez, a dificuldade é identificar de onde poderá vir o impulso para o crescimento. Os governos do PT fizeram escolhas erradas no ciclo de alta do PIB.

O ntem, o Boletim Focus reduziu pela nona semana seguida a projeção de crescimento do PIB de 2017, para 0,58%. Depois de dois anos de forte recessão, o normal seria um período de recuperação mais forte, mas isso não vai acontecer.

Na década passada, o país cresceu no modelo de aumento do endividamento e exportações das matérias-primas. O Brasil sempre será grande exportador de commodities, mas as fases de maior demanda internacional poderiam ter sido aproveitadas para integração nas cadeias mundiais de produção. Agora será mais difícil. Famílias estão reduzindo dívidas e isso está contraindo o volume de crédito na economia, mas é a única forma de ajuste do orçamento familiar.

A taxa de poupança é muito baixa, há grande ociosidade nas empresas, e o consumo está fraco por causa das dívidas e do desemprego. O investimento bate em algumas travas: o governo está em crise fiscal, as empresas estão endividadas ou paralisadas pelos casos de corrupção. O modelo de estímulo através do subsídio e incentivos fiscais não pode mais ser o caminho.

O agronegócio será fonte de boa notícia. Terá um bom ano em 2017. A indústria enfrenta os problemas de sempre. Crédito caro, impostos elevados, excesso de burocracia e infraestrutura deficiente. Os serviços são afetados pelo desemprego e redução da renda.

O economista-chefe da Verde Asset, Daniel Leichsenring, lembra que o país fez muitos investimentos nos últimos anos que aumentaram a dívida mas não vão gerar riqueza. Na área de petróleo, o Comperj, no Rio de Janeiro, e a refinaria Abreu e Lima, em Pernambuco, são exemplos.

- Existe um custo muito grande dessas obras que não geram retorno porque as empresas se endividaram para financiar os projetos. Mas eles não geram caixa, a desalavancagem é lenta, e isso reduz a capacidade de investimento - disse.

A Verde Asset acredita que o crescimento do país será muito baixo nos próximos anos. Isso elevará ainda mais o endividamento público, realimentando o círculo vicioso da economia. Quanto maior a dívida, maior o gasto com juros, e maior terá que ser o esforço fiscal para o governo honrar seus compromissos.

Há ainda vários problemas setoriais. A área energética enfrenta grandes dificuldades ainda por aquela intervenção do governo Dilma que descapitalizou as empresas. Elas estão sem caixa para investir. O presidente do Instituto Acende Brasil, Claudio Sales, diz que o país teria falta de energia se não estivesse em recessão. Na área de transmissão, ficaram constantes nos últimos anos os chamados leilões com "lotes vazios", quando os projetos não recebem propostas. Mudanças na regulação e na forma de financiar permitiram um último leilão de sucesso, mas os fracassos foram constantes.

- Foram 10 lotes vazios em 2013; 12 em 2014; 15 em 2015; e 10 em 2016. Nos nove anteriores a 2012, antes da MP 579, houve apenas 7 lotes vazios. O governo já entendeu o problema e melhorou as condições para os investidores, mas o atraso é grande - afirmou Sales.

A transmissão virou um gargalo. As novas fronteiras de geração estão distantes dos grandes centros de consumo, como as hidrelétricas na Amazônia e os parques eólicos do Nordeste. Segundo o Acende Brasil, 69% da expansão da oferta de energia estará nas regiões Norte e Nordeste, mas apenas 32% do aumento do consumo estará nessas duas regiões. Já o Sudeste terá crescimento previsto de demanda de 51% do total do país, enquanto a geração na área será de apenas 20%. Isso requer cada vez mais investimentos. A burocracia e a descentralização das decisões - que precisam passar por vários órgãos - atrasam o processo e aumentam o custo e o risco dos empreendimentos.

A saída da recessão será gradual porque será preciso corrigir falhas e encontrar caminhos novos para estimular o PIB que não repitam os erros do governo anterior. As medidas que estão sendo anunciadas ajudam, mas não resolvem o problema da baixa capacidade de crescer da economia. Há ainda, e sobretudo, a grave crise política aumentando a incerteza.